

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

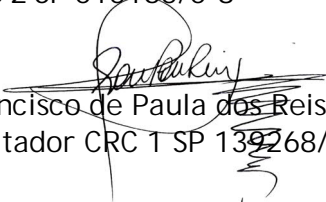


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/0-6


Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1SP 223326/0-3

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.916	160.428	Fornecedores	12	34.008	30.672
Contas a receber de clientes	6	51.452	53.085	Empréstimos e financiamentos	15	26.627	27.139
Estoques	7	194.170	140.897	Obrigações e encargos trabalhistas	13	13.299	10.759
Ativo Biológico	10	60.898	127.429	Obrigações tributárias	14	6.445	12.986
Impostos a recuperar	8	9.300	8.681	Parceria agrícola a pagar		5.540	3.629
Adiantamentos a fornecedores		3.760	2.001	Juros sobre capital próprio		2.790	2.554
Adiantamentos a parcerias		1.059	2.215	Adiantamentos de clientes		5.349	11.547
Outros ativos	9	489	489	Outras obrigações a pagar		3.582	3.629
Total do Ativo Circulante		392.044	495.225	Total do Passivo Circulante		97.640	102.915
Não Circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	16	6.532	6.566	Empréstimos e financiamentos	15	68.205	85.102
Outros ativos	9	1.819	1.818	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	57.584	75.588
Imobilizado	11	338.659	325.996	Provisão para demandas judiciais	16	2.936	3.367
Total do Ativo Não Circulante		347.010	334.380	Total do Passivo Não Circulante		128.725	164.057
				Total do passivo		226.365	266.972
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		267.771	267.771
				Reserva de capital		9.754	9.754
				Reserva de lucros		235.164	285.108
				Total do Patrimônio Líquido		512.689	562.633
Total do ativo		739.054	829.605	Total do passivo e do patrimônio líquido		739.054	829.605

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita líquida de vendas	20	413.734	497.646
Variação do valor justo do ativo biológico	10	(52.485)	29.799
Custo das vendas e serviços	21	<u>(336.982)</u>	<u>(346.339)</u>
Lucro bruto		24.267	181.106
Despesa com vendas	21	(15.771)	(16.362)
Despesas administrativas	21	(12.272)	(10.245)
Outras receitas operacionais líquidas	23	<u>24.995</u>	<u>56.623</u>
Lucro antes do resultado financeiro		21.219	211.122
Despesas financeiras	22	(15.970)	(21.076)
Receitas financeiras	22	<u>20.871</u>	<u>19.583</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.120	209.629
Corrente	18.1	(6.365)	(31.543)
Diferido	18.1	<u>18.005</u>	<u>(19.364)</u>
		11.640	(50.907)
Lucro líquido do exercício		<u>37.760</u>	<u>158.722</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>37.760</u>	<u>158.722</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>37.760</u></u>	<u><u>158.722</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Expresso em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a distribuir		
Em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)		267.771	9.754	88.560	108.020	-	474.105
Impacto das alterações IAS 41 IAS 16		-	-	-	6.624	-	6.624
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	158.722	158.722
Reserva de incentivos fiscais		-	-	28.424	-	(28.424)	-
Transferência para reserva de lucros a distribuir		-	-	-	94.243	(94.243)	-
Distribuição de lucros	21.1	-	-	-	(40.763)	-	(40.763)
Juros sobre capital próprio	21.1	-	-	-	-	(36.055)	(36.055)
Em 31 de dezembro de 2016		<u>267.771</u>	<u>9.754</u>	<u>116.984</u>	<u>168.124</u>	<u>-</u>	<u>562.633</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.760	37.760
Reserva de incentivos fiscais		-	-	20.111	-	(20.111)	-
Transferência para reserva de lucros a distribuir		-	-	-	(22.438)	22.438	-
Distribuição de lucros	21.1	-	-	-	(47.616)	-	(47.616)
Juros sobre capital próprio	21.1	-	-	-	-	(40.088)	(40.088)
Em 31 de dezembro de 2017		<u>267.771</u>	<u>9.754</u>	<u>137.095</u>	<u>98.070</u>	<u>-</u>	<u>512.689</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	26.120	209.629
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciações e amortizações	11.211	17.128
Decréscimo no ativo biológico devido a colheita da cana de açúcar	82.141	88.613
Resultado na alienação do ativo imobilizado	832	(393)
Reversão (complemento) de provisão para contingências	(431)	329
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20)	441
Valor do ajuste do saldo acumulado do ativo biológico	52.485	(29.799)
Ajuste a valor presente - PESA	1.803	880
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	9.413	8.653
	<u>183.554</u>	<u>295.481</u>
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	1.633	(714)
Estoques	(1.840)	45.580
Outros ativos	(1.223)	(5.504)
Depósitos judiciais	34	(2.017)
Fornecedores e parceria agrícola a pagar	5.248	695
Obrigações e encargos trabalhistas e fiscais	(3.998)	(4.953)
Adiantamentos de clientes	(6.200)	(1.840)
Outras obrigações a pagar	190	3.440
Caixa gerado pelas operações	<u>177.398</u>	<u>330.168</u>
Juros pagos	(8.207)	(8.745)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(13.278)	(12.404)
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>155.913</u>	<u>309.019</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	-	(181)
Aquisição de ativo imobilizado	(51.017)	(78.486)
Apropriação do ativo biológico	(102.409)	(87.612)
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado	1.484	2.767
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(151.942)</u>	<u>(163.512)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	40.691	36.275
Pagamento de empréstimos e financiamentos principal	(52.720)	(50.987)
Juros sobre capital próprio pagos	(33.839)	(29.917)
Dividendos pagos	(47.616)	(40.763)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(93.482)</u>	<u>(85.392)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(89.512)	60.115
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	160.428	100.313
No final do exercício	70.916	160.428
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(89.512)</u>	<u>60.115</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Goiasa Goiatuba Álcool Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada, com sede no Município de Goiatuba, Estado de Goiás, na Rodovia GO-040, s/nº, Km 194. Iniciou suas atividades no ano de 1981, e desde então atua predominantemente na exploração e na industrialização de produtos agroindustriais, especialmente a cultura e a industrialização de cana-de-açúcar e seus subprodutos e na produção e comercialização, tanto para o mercado interno como externo, de etanol, açúcar e energia.

Abaixo são apresentados os dados produtivos para os períodos de 2016, 2017 e previsão para 2018.

Volume	2016	2017	Projeção 2018 (não auditado)
Moagem de cana (ton)	2.705.008	2.756.692	2.770.000
Produção etanol (m³)	116.592	115.764	113.462
Açúcar (sacas de 50 Kg)	3.619.453	3.627.463	3.773.162

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 28 de fevereiro de 2018.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações, novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Empresa.

Norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Vigência: 1º de janeiro de 2018.

Principais pontos introduzidos pela norma: a principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não na demonstração do resultado do exercício.

Impactos da adoção: a Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Empresa, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários, para os investimentos em títulos da dívida agrária), ao valor justo por meio do resultado abrangente (outros investimentos) ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários). Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma IFRS 15 - Receita de contratos com clientes.

Vigência: 1º de janeiro de 2018.

Principais pontos introduzidos pela norma: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

Impactos da adoção: A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Empresa em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

Norma IFRS 16 - Leases.

Vigência: 1º de janeiro de 2019.

Principais pontos introduzidos pela norma: essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção: a avaliação da Empresa dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Empresa com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do final do exercício, referente a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Contas a receber de clientes" (Nota 6) e "Caixa e equivalentes de caixa"(Nota 5).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos e estão designados nessa categoria ou não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são apresentados em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Os prejuízos de impairment são reconhecidos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Empresa não identificou evidência de impairment para os períodos encerrados em 31 de Dezembro de 2017.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment).

2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os custos incorridos com a manutenção e depreciação do parque industrial e agrícola, no período de entressafra, são levados aos estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da próxima safra.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais, de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a parceiros agrícolas serão convertidos em matéria-prima (cana-de-açúcar) quando do recebimento dessas na próxima safra.

Os custos incorridos com o preparo, cultivo e colheita das lavouras são apropriados às safras em andamento que compõem o saldo da rubrica "Ativos biológicos" (Nota 10), os quais são avaliados pelo valor justo, menos as despesas de venda, até a colheita. Essa valoração, no momento da colheita, passará a ser o custo do produto agrícola, o qual é transferido para os estoques da Empresa para integrar o processo produtivo como matéria-prima.

2.7. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, se aplicável, quando não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Empresa. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

2.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. Os custos com ativos biológicos compreendem gastos com preparo da terra e outras despesas diretas incorridas durante o período de plantio, incluindo mão-de-obra, insumos, agroquímicos, fertilizantes, entre outros.

As lavouras de cana-de-açúcar têm como finalidade prover matéria-prima para a produção de açúcar e etanol. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos no momento da colheita é determinado pela diferença entre o seu valor justo no momento e o valor justo apurado na última avaliação efetuada.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10.

2.9. Imobilizado

Edifícios e dependências, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações industriais, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias divulgadas na Nota 11, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como, custo das vendas, despesas com vendas e administrativas.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados baseados na utilização econômica do bem e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual do ativo imobilizado é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado.

2.10. Ativos intangíveis - Softwares

Os softwares adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante.

2.13. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação devido a nova estimativa é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais, enquanto a atualização da obrigação por passagem do tempo é reconhecida em despesas financeiras.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais, bases negativas e as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

2.16.1. Venda de açúcar, etanol e energia elétrica

A Empresa fabrica e vende açúcar, etanol e produz energia elétrica. As vendas desses produtos são reconhecidas quando a Empresa efetua a entrega desses produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Essas vendas são realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias.

2.16.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16.3. Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o princípio contábil de competência de exercícios.

2.17. Participação dos funcionários nos lucros

A Empresa concede participação nos lucros a seus colaboradores, vinculados a metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Ao final de cada mês, a administração provisiona os valores a serem pagos nas demonstrações financeiras com base em estimativas, cujos valores costumam ser próximos aos valores efetivamente pagos. Os pagamentos são realizados em sua totalidade durante o exercício.

2.18. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, quando aprovada pelos quotistas em assembleia. Esta distribuição é realizada com base nos requerimentos constantes no contrato social da Empresa.

2.19. Subvenção para investimentos

A subvenção para investimentos é reconhecida ao longo do período, e confrontada com a despesa correspondente a subvenção.

O reconhecimento é feito em conta de resultado, no grupo de "Outras receitas e despesas operacionais", não havendo distribuição desses valores aos sócios quotistas. O valor da subvenção governamental é creditado em conta própria de reserva de lucros no patrimônio líquido (Reserva de incentivos fiscais).

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

3.1. Valor justo dos ativos biológicos

A Empresa desenvolve a atividade de produção de açúcar e etanol, derivados da cana-de-açúcar e para o atendimento do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Empresa utilizou o cálculo do valor justo, menos o custo de vender, pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita.

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Empresa gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção e abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos.

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Os tributos diferidos são reconhecidos contabilmente sobre as adições e exclusões temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

3.3. Provisão para contingências

A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

3.4. Revisão do valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Empresa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

3.5. Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 19.3, a Empresa possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo Governo do Estado de Goiás. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Empresa vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4. Efeitos de reclassificação em períodos anteriores

4.1. Demonstração do resultado do exercício

	Conforme apresentado anteriormente	(a)	31 de dezembro de 2016 Reclassificação
Receitas	497.646		497.646
Variação do valor justo do ativo biológico	29.799		29.799
Custo das vendas e serviços	(346.339)		(346.339)
 Lucro bruto	 181.106		 181.106
Despesa com vendas	(16.362)		(16.362)
Despesas administrativas	(10.245)		(10.245)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	56.623		56.623
 Lucro operacional	 211.122		 211.122
Despesas financeiras	(57.131)	36.055	(21.076)
Receitas financeiras	19.583		19.583
 Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	 173.574		 209.629
Corrente	(31.543)		(31.543)
Diferido	(19.364)		(19.364)
	(50.907)		(50.907)
 Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	 122.667		 158.722
Juros sobre capital próprio	36.055	(36.055)	-
 Lucro líquido do exercício	 <u>158.722</u>		 <u>158.722</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Demonstração do fluxo de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Conforme apresentado anteriormente	(a)	31 de dezembro de 2016
			Reclassificação
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	173.574	36.055	209.629
Juros sobre capital social	36.055	(36.055)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	209.629		209.629
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas			
Depreciações e amortizações	17.128		17.128
Decréscimo no ativo biológico devido a colheita da cana de açúcar	88.613		88.613
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-393		-393
Reversão (complemento) de provisão para contingências	329		329
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	441		441
Valor do ajuste do saldo acumulado do ativo biológico	-29.799		-29.799
Ajuste a valor presente - PESA	880		880
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	8.653		8.653
	295.480		295.480
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	-714		-714
Estoques	45.580		45.580
Outros ativos	-5.504		-5.504
Depósitos judiciais	-2.017		-2.017
Fornecedores e parceria agrícola a pagar	695		695
Obrigações e encargos trabalhistas e fiscais	-4.953		-4.953
Adiantamentos de clientes	-1.840		-1.840
Outras obrigações a pagar	3.440		3.440
Caixa gerado pelas operações	330.167		330.167
Juros pagos	-8.745		-8.745
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	-12.404		-12.404
Caixa líquido gerado pelas operações - a transportar	309.018		309.018

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Conforme apresentado anteriormente	Reclassificação
Caixa líquido gerado pelas operações - de transporte	309.018	309.018
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(181)	(181)
Aquisição de ativo imobilizado	(78.486)	(78.486)
Apropriação do ativo biológico	(87.612)	(87.612)
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado	2.767	2.767
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(163.512)	(163.512)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	36.275	36.275
Pagamento de empréstimos e financiamentos principal	(50.987)	(50.987)
Juros sobre capital próprio pagos	(29.917)	(29.917)
Dividendos pagos	(40.763)	(40.763)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(85.392)	(85.392)
Aumento líquido /(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>60.115</u>	<u>60.115</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	100.313	100.313
No final do exercício	160.428	160.428
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>60.115</u>	<u>60.115</u>

- (a) Conforme a lei nº9.249/1995 e a deliberação CVM nº207, ambas possuem determinação sobre a apresentação dos juros sobre capital próprio diretamente atribuídos às contas do patrimônio líquido sem afetar o resultado do exercício, devendo ser contabilizados diretamente à conta de lucros acumulados com sua devida destinação. Para tanto, realizamos somente uma reclassificação para melhor representar as informações, sem alterar ou afetar a posição patrimonial e resultado da Empresa.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	330	750
Aplicações de liquidez imediata (i)	45.652	107.751
Valores moeda estrangeira	24.934	51.927
	<u>70.916</u>	<u>160.428</u>

(i) As aplicações financeiras são compostas exclusivamente por aplicações em debêntures de curto prazo, em bancos de primeira linha, com compromisso de recompra e rendem juros médios de 95% e em CDB em bancos de primeira linha, com compromisso de recompra e rendem juros médios de 97,23%, sem carência para resgate.

6. Contas a receber de clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores a receber de venda de produtos	51.926	53.580
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(474)	(495)
	<u>51.452</u>	<u>53.085</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do ano	(495)	(935)
Complemento de provisão no exercício	(266)	(62)
Reversão de provisão no exercício	287	502
	<u>(474)</u>	<u>(495)</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores a vencer	41.144	41.299
Vencidos		
Até 30 dias	9.082	5.926
Entre 31 A 60 dias	947	619
Entre 61 A 90 dias	277	692
Entre 91 A 120 dias	2	2.041
Entre 121 A 180 dias	-	2.509
Entre 181 A 359 dias	-	1
Acima de 360 dias	474	494
	<u>51.926</u>	<u>53.580</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

Os saldos das contas de estoques são compostos pelos seguintes produtos acabados:

	2017	2016
Álcool hidratado	28.709	20.566
Açúcar cristal	86.543	44.684
Álcool anidro	28.356	17.232
Açúcar VHP	85	-
Açúcar orgânico	35.727	30.688
Álcool hidratado orgânico	3.231	3.554
Insumos, materiais auxiliares e outros	11.519	13.735
Custos de entressafra a apropriar (i)	-	10.438
	<u>194.170</u>	<u>140.897</u>

- (i) A Empresa devido ao calendário agrônomico, procura atuar em um período de safra compreendido entre primeiro de abril a quinze de novembro de cada ano. No ano de 2017 houve mudanças climáticas que obrigaram a Empresa a seguir sua safra até o mês de dezembro que por sua vez, fez com que a mesma apropriasse os custos deste período nos produtos acabados do próprio ano.

8. Impostos a recuperar

	2017	2016
Programa de Integração Social - PIS	53	914
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13	2.737
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	318	295
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	1.314	-
Imposto sobre circulação de mercadoria - ICMS	6.672	4.032
Outros impostos	930	703
	<u>9.300</u>	<u>8.681</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros ativos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Centro de Tecnologia Canavieira - CTC (i)	1.782	1.786
Outros	526	521
	<u>2.308</u>	<u>2.307</u>
Ativo circulante	489	489
Ativo não circulante	1.819	1.818

- (i) Saldo refere-se ao investimento no "Centro de Tecnologia Canavieira S.A.", uma empresa de capital fechado, com sede em São Paulo. A Empresa detém 5.787 ações ordinárias de um total de 760.001 ações, com participação efetiva final em 0,00756%. No exercício de 2017 a Empresa não subscreveu e integralizou novas ações.

10. Ativo biológico

Movimentação do ativo biológico

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo Biológico		
Saldo Inicial	127.429	132.412
Aumentos decorrentes de tratos e plantio	106.646	97.082
Valor Justo	(76.907)	31.159
Redução decorrentes da colheita	(96.270)	(133.225)
Saldo final de ativos biológicos:	<u>60.898</u>	<u>127.429</u>

A Empresa considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

	Custo histórico Agrícola	Custo histórico Indústria	Custo Administrativos e outros Ativos	Obras em andamento e outros gastos	Adiantamento a fornecedores e outros	Planta Portadora	Total
Em 31 de dezembro de 2015	168.856	256.977	44.564	654	320	283.444	754.815
Adições	17.958	7.826	-	6.428	-	172.640	204.852
Baixas	(11.036)	(407)	(107)	(119)	(320)	(195.806)	(207.795)
Em 31 de dezembro de 2016	175.778	264.396	44.457	6.963	-	260.278	751.872
Adições	24.444	6.241	59	20.273	-	269.702	320.719
Baixas	(19.031)	(4.199)	(44)	(4.105)	-	(302.441)	(329.819)
Em 31 de dezembro de 2017	181.191	266.438	44.472	23.131	-	227.540	742.772
Em 31 de dezembro de 2015	(39.703)	(231.765)	(2.775)			(148.305)	(422.548)
Depreciações	(81.724)	(18.348)	(14.484)	-	-	(144.036)	(258.592)
Baixas	12.938	84.287	103	-	-	157.731	255.060
Em 31 de dezembro de 2016	(108.488)	(165.826)	(17.156)	-	-	(134.610)	(426.080)
Depreciações	(39.167)	(55.883)	(4.023)	-	-	(140.643)	(239.715)
Baixas	38.150	50.710	3.677	-	-	169.145	261.683
Em 31 de dezembro de 2017	(109.505)	(170.999)	(17.501)	-	-	(106.108)	(404.113)
Custo	181.191	266.438	44.472	23.131	-	227.540	742.772
Depreciação acumulada	(109.505)	(170.999)	(17.501)	-	-	(106.108)	(404.113)
Valor líquido de dezembro 2017	71.686	95.439	26.971	23.131	-	121.432	338.659

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de matéria-prima e insumos	27.232	27.102
Fornecedores de serviços	6.776	3.570
	<u>34.008</u>	<u>30.672</u>

13. Obrigações e encargos trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ordenados e salários a pagar	3.823	2.884
Provisão de férias a pagar	6.745	5.478
FGTS a pagar	1.287	1.178
INSS a pagar	943	809
Outros encargos sociais	501	411
	<u>13.299</u>	<u>10.759</u>

14. Obrigações Tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	1.094	8.655
ICMS a pagar	2.178	2.079
PIS e COFINS a pagar	1.159	-
INSS a pagar	851	1.006
IRRF a recolher	555	515
IRRF a recolher	608	730
	<u>13.299</u>	<u>12.986</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Garantias	2017	2016
	5,50% a.a. ou TJLP +			
Prore nova	3,2% a.a.	(5)	27.630	40.067
Financiamentos de equipamentos	2,50% a.a. IGPM +	(1)	58.204	65.735
Banco do Brasil S/A - PESA (i)	3,56% a.a.	(3)	1.924	2.678
Banco Estado de Goiás - Fomentar	2,4% a.a.	(4)	3.393	2.055
PCA	7,5% a.a.	(1)	3.558	1.528
Guaones Price	3% a.a.	(2)	123	178
			<u>94.832</u>	<u>112.241</u>
		Circulante	26.627	27.139
		Não Circulante	68.205	85.102
			<u>94.832</u>	<u>112.241</u>

Garantias

- (1) Alienação fiduciária;
- (2) Aval dos sócios quotistas;
- (3) Títulos públicos caucionados no Banco do Brasil e aval dos sócios quotistas;
- (4) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) caucionados no Banco;
- (5) Penhor Agrícola/aval dos sócios quotistas.

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Empresa aproxima-se de seu valor justo.

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

	2017	2016
2018	-	26.405
2019	17.585	21.117
2020	12.133	15.463
Após 2021	38.487	22.117
	<u>68.205</u>	<u>85.102</u>

- (i) PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos:

Correspondem a dívidas de financiamentos bancários que tiveram seus prazos de vencimento alongados, quando de sua repactuação junto a instituição financeira federal, no exercício de 1998, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

Consoante essa repactuação, o principal é atualizado pela variação do IGP-M, e será amortizado em parcela única, substancialmente em 2019, mediante resgate de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, adquiridos, cedidos e transferidos em caráter irrevogável ao credor. Os juros anuais de 3%, estão classificados no passivo circulante, são calculados sobre o principal atualizado pela variação do IGP-M, limitada a 9,5% ao ano, e são liquidados no mês de novembro de cada ano. O principal está classificado no passivo não circulante e corresponde ao valor presente do fluxo de desembolsos futuros estimados.

Sobre os certificados descritos anteriormente, que também são atualizados pela variação do IGP-M, incidem juros de 12% ao ano, os quais são contratualmente capitalizados para que, no vencimento, o montante apurado do CTN seja igual ao valor da dívida.

Com base na Medida Provisória nº 2.196, a União passou a ser credora desses financiamentos, permanecendo sem alterações as demais condições pactuadas no contrato firmado junto à instituição financeira. Em garantia dessa dívida, foram oferecidos avais, hipotecas de bens do ativo imobilizado, bem como os certificados acima descritos, que tem vencimento igual ao da dívida.

16. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de assessores jurídicos da Empresa:

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data das demonstrações financeiras, a Empresa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

Natureza dos processos	2017	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	1.573	418
Trabalhistas	4.959	2.518
	<u>6.532</u>	<u>2.936</u>

Natureza dos processos	2016	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	1.262	94
Trabalhistas	5.304	3.273
	<u>6.566</u>	<u>3.367</u>

Abaixo demonstramos a movimentação dos depósitos judiciais e provisão para contingências:

	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Saldos em 1º de janeiro de 2016	4.550	3.038
No Resultado		
Provisões adicionadas durante o exercício e atualização monetária	5.628	1.785
Valor baixado contra a provisão durante o ano	(3.612)	(1.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>6.566</u>	<u>3.367</u>
No Resultado		
Provisões adicionadas durante o exercício e atualização monetária	2.488	466
Valor baixado contra a provisão durante o ano	(2.522)	(897)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>6.532</u>	<u>2.936</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa está envolvida em outros processos cíveis, tributários e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais na opinião da administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para eventualmente fazer face a desfechos desfavoráveis dos mesmos. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2017, são cíveis R\$ 2.487 (R\$ 80 de 2016), tributário R\$ 28.443 (R\$ 18.770 de 2016) e trabalhistas R\$ 3.191 (R\$ 5.007 de 2016).

17. Remuneração de sócios e administradores

Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do administrador a título de Pró-Labore totalizou R\$7.936 (2016 - R\$6.794). O valor da remuneração é fixo e aprovado em assembleia pelos sócios e não há remuneração variável.

18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

18.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2017	2016
Lucro antes dos impostos (a)	26.119	209.629
Alíquota máxima	34%	34%
	(8.880)	(71.274)
Exclusões e adições permanentes, líquidas	(52)	(236)
Incentivo fiscal de ICMS, não tributado	6.838	9.664
Juros sobre capital próprio	13.630	12.259
Outros Tributos	(17.900)	(1.320)
Despesas com impostos de renda e contribuição social		
Corrente	(6.365)	(31.543)
Diferido (b)	18.005	(19.364)
	<u>11.640</u>	<u>(50.907)</u>
	-33%	-25%

(a) Devido a reclassificação dos juros sobre capital próprio do resultado para o Patrimônio Líquido (Nota 4), houve alteração no valor do Lucro antes dos impostos, alternado assim o percentual da taxa efetiva.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Os tributos de natureza diferido apurados durante o exercício não foram considerados para o cálculo da alíquota efetiva, uma vez que possuem um efeito positivo na apuração, portanto, a utilização deste valor não faz jus às considerações da reconciliação para o exercício corrente. Em contrapartida, no ano anterior este mesmo evento possui aplicação inversa devendo ser considerado para atingimento da alíquota efetiva.

18.2. Tributos diferidos

	2017	2016
Ativo de imposto diferido sobre:		
Prejuízos fiscais de imposto renda	9.014	11.101
Base se cálculo negativa da contribuição social	3.245	3.996
	<u>12.259</u>	<u>15.097</u>
Passivo de imposto diferido sobre:		
Depreciação incentivada	64.318	61.700
Empréstimo PESA (valor justo)	220	1.134
Ativo biológico (valor justo)	(11.778)	14.525
Imobilizado (diferença de vida útil)	18.241	14.640
Outros	(1.159)	(1.313)
	<u>69.843</u>	<u>90.685</u>
Passivo de impostos diferidos, líquido	57.584	75.588

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital Social

O valor do capital social da Empresa compreende o valor de R\$ 267.771, o capital social atualizado é composto de 26.777.055.042 (vinte e seis bilhões, setecentos e setenta e sete milhões, cinquenta e cinco mil e quarenta e duas) quotas ao valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada uma.

19.2. Distribuição dos lucros

No período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram destinados aos sócios a título de dividendos, R\$47.616 (2016 - R\$40.763) e a título de Juros sobre Capital Próprio, R\$40.088 (2016 R\$36.055).

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.3. Reserva de capital (reserva de incentivo fiscal)

As vendas de etanol e açúcar são incentivadas pelo benefício fiscal Fomentar, do Estado de Goiás, que é concedido em contrapartida ao investimento de implantação e posteriores expansões da unidade produtiva. O benefício é calculado através do financiamento de 70% do ICMS a pagar apurado ao longo do exercício.

O Governo do Estado de Goiás possibilita a quitação antecipada, do saldo devedor do Incentivo Fomentar, que ocorre através de leilões regulares, com cálculo do valor presente do saldo total a vencer ao final do programa de incentivo. Estas subvenções para investimentos, até 2007, foram registradas a título de reservas de capital, sendo que o saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 montava R\$ 9.754.

A partir de 1º de janeiro de 2008, devido às alterações trazidas pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, os incentivos desta natureza passaram a ser registrados em conta de resultado (Nota 23) e, após o encerramento do exercício, alocados em conta própria de reserva de lucros.

20. Receitas líquida de vendas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas no mercado interno		
Etanol	200.387	237.121
Açúcar	132.817	207.227
Energia elétrica	16.095	15.012
Cana-de-açúcar	497	226
Bagaço e outras	889	1.010
	<u>350.685</u>	<u>460.596</u>
Vendas no mercado externo		
Etanol	5.521	4.496
Açúcar	128.244	116.552
	<u>133.765</u>	<u>121.048</u>
Deduções da receita		
(-) Devoluções	(1.653)	(2.705)
(-) Tributos federais incidentes sobre vendas	(29.430)	(31.840)
(-) Tributos estaduais incidentes sobre vendas	(39.633)	(49.453)
	<u>(70.716)</u>	<u>(83.998)</u>
	<u>413.734</u>	<u>497.646</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Despesas e custos por natureza

	2017	2016
Decréscimo referente a colheita no ano	82.141	88.613
Depreciação	11.211	17.128
Pessoal	64.071	63.665
Serviços de terceiros	52.867	53.831
Material uso e consumo	154.735	149.709
	<u>365.025</u>	<u>372.946</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo das vendas e serviços	336.982	346.339
Despesas com vendas	15.771	16.362
Despesas gerais e administrativas	12.272	10.245
	<u>365.025</u>	<u>372.946</u>

22. Resultado financeiro

	2017	2016
Encargos financeiros sobre financiamentos	(9.066)	(10.519)
Variações monetárias passivas	(4.735)	(9.304)
Descontos concedidos	(124)	(154)
Outras despesas financeiras	(242)	(219)
Ajuste a valor presente - PESA	(1.803)	(880)
	<u>(15.970)</u>	<u>(21.076)</u>
Despesas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	5.731	11.586
Variações monetárias ativas	12.246	5.375
Descontos obtidos	353	254
Outras receitas financeiras	2.541	2.368
	<u>20.871</u>	<u>19.583</u>
Receitas financeiras		
Resultado financeiro	<u>4.901</u>	<u>(1.493)</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	(832)	393
Crédito outorgado - ICMS	14.987	17.376
Subvenções sobre investimentos fomentar (Nota 3.5)	20.111	28.424
Crédito PIS e COFINS	-	14.786
Créditos de ICMS sobre aquisição de ativo fixo	835	741
Outras (receitas) despesas operacionais líquidas	(10.557)	(5.209)
Reversão (provisão) para perdas judiciais	451	112
	<u>24.995</u>	<u>56.623</u>

24. Instrumentos Financeiros

24.1. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de haver alterações nos preços das commodities, da cana-de-açúcar e nas taxas de juros e câmbio, os quais podem afetar o resultado da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

(i) Volatilidade no preço das commodities

A Empresa está exposta aos riscos de volatilidade nos preços do açúcar, e neste contexto, busca reduzir sua exposição realizando a fixação dos preços com antecedência e dentro dos limites de margens operacionais que a Empresa opera, sem a necessidade de depósito de margem e ajustes diários.

Quanto ao mercado de etanol, há o entendimento de que historicamente os preços no mercado à vista são menores durante a safra e maiores na entressafra. No intuito de capturar os melhores preços ofertados pelo mercado a Empresa utilizará seu limite operacional para armazenagem do produto. A estratégia de comercialização é tomada semanalmente nos comitês onde são analisados os preços negociados no mercado à vista vis-à-vis a expectativa de preços futuros do produto.

(ii) Volatilidade no preço da cana-de-açúcar

A Empresa está exposta à volatilidade do preço da cana-de-açúcar, sua matéria-prima.

Para a precificação da cana-de-açúcar adquirida de terceiros, a Empresa utiliza o índice do Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, que foi criado com intuito de remunerar a cana-de-açúcar de acordo com os preços de venda, dos produtos açúcar e etanol, praticados pelos mercados interno e externo, ajustado ao mix de produção da unidade industrial.

Com esta sistemática, a quantidade de cana-de-açúcar adquirida de fornecedores tem seu preço baseado nos preços de comercialização dos produtos, ou melhor, existe um hedge "natural", que minimiza a exposição ao risco, no tocante ao volume de cana adquirida de terceiros.

(iii) Volatilidade nas taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iv) Volatilidade nas taxas de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado.

24.2. Risco de liquidez

É o risco da Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Empresa utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

As aplicações financeiras são compostas por aplicações em debêntures de curto prazo, em bancos de primeira linha, com compromisso de recompra e rendem juros médios de 95% e em CDB em bancos de primeira linha, com compromisso de recompra e rendem 97,23%, sem carência para resgate.

24.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumarizados:

	2017	2016
(+) Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	94.832	112.241
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(70.916)	(160.428)
(=) Dívida líquida (A)	<u>23.916</u>	<u>(48.187)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	512.689	562.633
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A)/(B)	5%	-9%

24.4. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e as contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

. Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);

. Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);

. Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

24.5. Classificação por categoria

Ativos, conforme o balanço patrimonial

	2017		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	70.916	-	70.916
Contas a receber de clientes	51.452	-	51.452
Disponíveis para venda			
Outros ativos	-	1.787	1.787
	<u>122.368</u>	<u>1.787</u>	<u>124.155</u>
2016			
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	160.428	-	160.428
Contas a receber de clientes	53.085	-	53.085
Disponíveis para venda			
Outros ativos	-	1.786	1.786
	<u>213.513</u>	<u>1.786</u>	<u>215.299</u>

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos, conforme o balanço patrimonial

	2017		Total
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	34.008	-	34.008
Empréstimos e financiamentos	93.064	-	93.064
PESA	-	1.768	1.768
	<u>127.072</u>	<u>1.768</u>	<u>128.840</u>
	2016		
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	30.672	-	30.672
Empréstimos e financiamentos	109.727	-	109.727
PESA	-	2.514	2.514
	<u>140.399</u>	<u>2.514</u>	<u>142.913</u>

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Resumidos como segue:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo cobertura (R\$)
Edifícios, máquinas e instalações industriais	incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval e outros	237.300
Equipamentos agrícolas (colheitadeiras)	básica e danos elétricos	16.182
Equipamentos agrícolas (Tratores)	básica, incluindo roubo e furto	9.530

26. Eventos Subsequentes

A Empresa decidiu substituir o sistema ERP, considerando melhorias e otimização de seus controles internos e na apresentação de seus resultados, as operações no novo sistema tiveram início a partir de janeiro de 2018.